



JORNAL DOS PORTUÁRIOS

Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo

620- Setembro/Outubro2015

ASSEMBLEIA NESTA SEXTA-FEIRA, 16/10, ÀS 20 HORAS, DISCUTE IMPLANTAÇÃO DO TURNOS DE SEIS HORAS

A assembleia será realizada em conjunto entre o SINDAPORT e o SINTRAPORT para o pessoal da Fiscalização, Infraestrutura, Atracação e Meio Ambiente. O objetivo é discutir um posicionamento das categorias sobre a implantação, pela Codesp, do turno de 6 horas a partir da próxima segunda-feira, 19/10/2015. A medida faz parte do novo Regulamento Interno de Pessoal (RIP). E embora seja prerrogativa legal da Codesp determinar a jornada de trabalho, já enviamos ofício ao novo ministro dos Portos, Helder Barbalho, para que a implantação do novo horário seja postergada por mais 60 dias. Pág. 03

**IMPASSE
COMPLEMENTAÇÃO
DE APOSENTADORIA
X
NOVO PLANO DE
CARGOS E SALÁRIOS**

**DEST
DETERMINA
CORTE DE
GASTOS NA
CODESP**

EDITORIAL

Gestão do novo ministro da SEP pode dar certo?

Fotos: SEP

Após a divulgação do pacote fiscal, com medidas amargas para a sociedade, o Governo tenta mostrar que também fará sua parte no corte de gastos com uma mini reforma ministerial.

Na prática, com a redução dos Ministérios, o corte de gastos no orçamento do Governo não será tão grande quanto o esperado. A mudança nos Ministérios foi uma tentativa da Presidente Dilma de reforçar sua base aliada no Congresso Nacional, evitando assim a aprovação da chamada pauta bomba e, principalmente, a instauração de processos de impeachment.

Sendo assim, já se pode dar como certa que a gestão do novo ministro da Secretaria Especial de Portos, Helder Barbalho, será um grande fracasso? **NÃO.**

Independentemente das motivações da presidente Dil-

ma para a troca do ministro da SEP, o que vai definir o sucesso ou não de sua gestão será a postura do novo ministro Helder Barbalho, que antes ocupava a pasta da Pesca.

Se o recém empossado ministro quiser apenas fazer política partidária e pessoal, pensando exclusivamente nas eleições de 2016, certamente será mais um a passar pela SEP e fracassar, como alguns de seus antecessores.

Em nossa opinião, dentre todos os ministros que já passaram pela SEP, o único que obteve o sucesso esperado foi o primeiro, Pedro Brito. E por que?

Por ser o primeiro ministro da recém criada SEP, Pedro Brito teve a oportunidade de começar do zero. Pôde montar sua equipe de trabalho e também, nomear as diretorias das Companhias Docas com pessoas de sua confiança.

Todos devem se lembrar que até em tom de brincadeira muito se falava que na SEP estava instalada a REPÚBLICA DO CEARÁ. No entanto, o ministro Pedro Brito não deixou a SEP e nem mesmo as Companhias Docas inchadas como estão



A passagem de comando de Edinho para Helder

agora. Hoje o que vemos é que os padrinhos contrataram os afilhados que continuam por aí, mesmo depois que os padrinhos já foram embora.

Portanto, o novo ministro Helder Barbalho, antes de vir a público anunciar quais serão as prioridades de sua gestão, deveria estar preocupado, e muito, com a formação de sua equipe de confiança e com as diretorias das Docas, para não ser mais um a naufragar na SEP.

Isso é o que inicialmente esperamos e cobraremos do novo ministro Helder Barbalho. Como se diz na gíria, quando se compra ou vende uma chácara ou sítio, o ministro Helder deveria ter negociado sua ida pra SEP no modelo "porteira fechada" e não ao estilo, "casou com a viúva, assume os filhos".

A Diretoria



Leônidas Cristino (esq) foi o segundo a assumir a SEP, após Pedro Brito (dir)

EXPEDIENTE: Jornal dos Portuários é uma publicação do Sindaport, localizado à rua Júlio Conceição, 91, Vila Mathias, Santos, SP. Telefone (13) 4009-0300 - E-mails: presidente@sindaport.com.br e secretaria@sindaport.com.br - EFETIVOS: Everandy Cirino dos Santos – Presidente; João de Andrade Marques – Vice Presidente; Luiz Roberto Gomes – Secretário-Geral; Edilson de Paula Machado – 1º Secretário; Eduardo Ferreira Herrera – 2º Secretário; Valdir Pfeifer da Silva Jr. – 1º Tesoureiro; David da Silva – 2º Tesoureiro; Antonio Mendes Filho – Diretor Jurídico; Ricardo Fernandes – Diretor de Patrimônio; Luiz Carlos dos Santos – Diretor Social - Jornalista Responsável: Gisele de Oliveira - Mtb 28.641. Redação, edição, diagramação e fotos: Gisele de Oliveira - Tiragem: 4.500 exemplares - Impressão: Diário do Litoral

ASSEMBLEIA DIA 16/10, SEXTA, ÀS 20 HORAS, DISCUTE MUDANÇA NA JORNADA

Há um bom tempo, pelo menos desde agosto de 2013 quando ocorreu a implantação do novo Plano de Cargos e Salários, que a Codesp acena com a possibilidade de implantar o turno de seis horas para o pessoal da Fiscalização. O motivo seria reduzir as horas extras. Em outros setores, praticamente o número de horas extras foi zerado. Porém, nas atividades de Fiscalização, Atracação e Infraestrutura (elétrica), para que o Porto seja atendido 24 horas, a empresa não conseguiu zerar as horas extraordinárias. Inicialmente, a empresa cogitava a possibilidade de pagamento de hora de repasse nos moldes da guarda portuária. Agora, a Codesp também pretende implantar as seis horas para a Infraestrutura e Meio Ambiente, mas sem a proposta de hora de repasse, que até foi retirada do novo RIP da empresa.

Quando ocorreu a primeira proposta da Codesp, em 2014, para implantar o turno de seis horas, não havia um detalhamento sobre as jornadas de trabalho. Inclusive, foi realizada uma assembleia específica com o pessoal da Fiscalização e debatidas três propostas idealizadas pela própria categoria:

1 – Havia um sentimento contrário ao horário de 06 horas nos moldes da guarda portuária, por ter que ficar praticamente o ano inteiro a disposição da empresa, com poucas horas de folgas;

2 – Outros aceitavam discutir um turno de 08 horas, nos moldes da Petrobras;

3 – Como a proposta da empresa não era detalhada, a categoria não queria negociar nem contrapor nada sobre horários. Queria que a empresa fosse mais objetiva e viesse com uma proposta mais detalhada. Dependendo da futura proposta da Empresa, a categoria faria no momento a resistência necessária. Foi nesse sentido que foi enviado ofício para a Codesp.

Durante a gestão do ex-diretor da Codesp, Montenegro, foram várias reuniões e o assunto voltou a ser discutido, porém o SINDAPORT conseguiu “empurrar” mais pra

frente, sem que houvesse uma determinação da Companhia. Tentamos também que uma comissão paritária, empresa e trabalhadores, fosse criada para debater propostas. Mas sem sucesso.

Após a saída do diretor Montenegro, que para muitos era “vilão”, o presidente Angelino Caputo, que outros ainda acham “bonzinho”, seguindo orientações da área jurídica, afirmou ser legal implantar a jornada de seis horas e determinou a imediata implantação do turno.

Logo que tivemos conhecimento dessa determinação, conseguimos uma mesa redonda na Gerência Regional do Trabalho, realizada em 1º de outubro. Pelo SINDAPORT solicitamos a prorrogação da implantação do turno de 06 horas por mais 60 dias, para um melhor debate das propostas. A Codesp argumentou que a implantação deve-se ao excessivo número de ações trabalhistas dos próprios empregados que pleiteiam adicionais de turno nas jornadas noturnas.

Em ofício da Codesp enviado à Gerência Regional do Trabalho, em 06 de outubro, foi informado que “concordamos em prosseguir com os entendimentos já iniciados, porém tendo em vista o contido na Decisão DIREXE nº 356.2015 de

30/09/2015, será mantida a data de 19/10/2015 para a implantação do novo Regulamento Interno de Pessoal – RIP, e as jornadas de trabalho nele previstas, que são de oito horas diárias, ou de seis horas em turno de revezamento, ambas já praticadas pela Companhia”.

Diante dessa situação, enviamos ofício ao novo ministro dos Portos, Helder Barbalho e solicitamos sua interferência direta e pessoal para que a implantação da alteração de jornada para turno de 06 horas seja postergada para no mínimo 60 dias. Informamos o ministro também que ainda não foi concluído o processo de revisão das escalas de serviço de forma a atender as necessidades das diversas áreas da Companhia.

Informamos ainda, que não está descartada a possibilidade de uma manifestação quando ocorrer sua primeira visita ao Porto de Santos, no próximo dia 22 de outubro, ou até mesmo uma paralisação.

Como afirmou o presidente da Codesp, que concorda em dar prosseguimento com os entendimentos já iniciados, queremos apenas, a continuidade das negociações, antes da mudanças nas jornadas de trabalho, evitando assim prejuízos financeiros a partir do próximo pagamento de salários.

APOSENTADOS

CONTINUA IMPASSE PARA O REENQUADRAMENTO DAS COMPLEMENTAÇÕES

Aposentados que recebem ou têm direito a complementação lotaram mais uma vez o auditório do SINDAPORT. Mais de 600 portuários aposentados atenderam ao comunicado enviado em conjunto pelo SINDAPORT e pela Associação de Participação dos Portus Santos (APP/Santos) e prestigiaram a reunião reali-

zada no dia 21 de setembro.

O encontro teve como objetivo principal explicar aos companheiros o impasse criado pela Codesp para o reenquadramento dos aposentados, que recebem complementação, no novo Plano de Cargos, Empregos e Salários.

A Codesp concluiu o levantamento dos valores e o

encaminhou para a SEP e para o DEST, que por sua vez manifestou-se favorável ao reenquadramento dos ex-empregados. No entanto, devido ao impacto financeiro nas contas da Companhia, que seria de mais de R\$ 2 milhões, a Codesp diz que precisa seguir um cronograma e não pode fazer esse tão esperado reenquadramento.



Os companheiros aposentados que recebem complementação lotaram o auditório do SINDAPORT.

O deputado federal Arnaldo Faria de Sá também compareceu ao evento

Agora, Codesp impõe restrições

Esperávamos que na prova de vida dos companheiros que recebem a complementação, a Codesp já iniciasse os trâmites para o pagamento do reenquadramento. Porém, em recente reunião, a empresa informou o seguinte:

1-A Codesp não quer pagar os valores retroativos à implantação do PCES, que foi em agosto de 2013; a Companhia quer pagar a partir de agora;

2-A Codesp quer fazer

um novo acordo coletivo ou um aditivo ao atual acordo citando o reenquadramento dos aposentados que recebem a complementação;

3-A Codesp não quer reconhecer o reenquadramento aos companheiros falecidos;

4-A Codesp só faz o reenquadramento mediante a retirada das ações na Justiça sobre o assunto.

O SINDAPORT entende

que não é preciso fazer um novo acordo ou aditivo, bem como o SINDICATO não pode obrigar os companheiros a retirarem ações pessoais que estão na Justiça. Diante desse impasse, foi aprovado pelos companheiros presentes a reunião, do dia 21 de setembro, que caso a Codesp não faça o reenquadramento o mais breve possível, o SINDAPORT vai ingressar com uma ação de Obrigação de Fazer.

APOSENTADOS

GOVERNO LIBERA DINHEIRO, MAS AINDA NÃO É O SUFICIENTE

R\$ 107 milhões já foram liberados para o Portus em quatro parcelas - julho, agosto, setembro e outubro. Mas esse dinheiro ainda é pouco para sanar as finanças do fundo de pensão. O déficit mensal da folha de pagamento gira em torno de R\$ 6 milhões.

Por isso sabemos que o dinheiro que está sendo enviado como pagamento de dívidas das Companhias Docas é pouco diante do rombo existente no Portus.

O pior é que as Companhias Docas falam que não

devem mais nada ao fundo de pensão. Diante dessa situação e para evitar o pior, já solicitamos ao Governo que faça o saldamento total de nosso fundo de pensão.

Em agosto, representantes dos portuários participaram de reunião com o ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas. A reunião aconteceu em Brasília e foi solicitada pela Federação Nacional dos Portuários. O diretor tesoureiro do SINDAPORT, Valdir Pfeifer da Silva Jr, participou representando os portuários de

Santos. Na audiência foi apresentada e discutida a proposta para o saldamento do atual Plano de Benefício administrado pelo Portus. O ministro ficou de analisar a proposta junto com a Previc.

Julgamento

A União ganhou o recurso contra o Portus referente a ação que o fundo havia ganhado em primeira instância sobre a extinção da Portobrás. O julgamento ocorreu no dia 26 de agosto no Rio de Janeiro.

Associação envia cartas que prometem revisão de aposentadoria



Muitos aposentados e pensionistas do Estado de São Paulo receberam, nos últimos meses, cartas falando que eles podem ter direito a uma correção nos benefícios. E mais: podem receber até R\$ 49 mil em valores atrasados.

O aposentado José Cordeiro Lima, que mora na região de Ribeirão Preto, recebeu a carta três vezes. “A primeira e a segunda eu não vim. Quando chegou a terceira falei: então é algo de verdade. Esse era também o interesse do aposentado Geraldo Jaime, mas quando ele foi ao local

descobriu que primeiro tinha que pagar e ele pagou. “Mais ou menos R\$ 1 mil”, conta.

A sede da associação fica em São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo. O advogado diz que esse dinheiro é para que o aposentado se torne um associado. “A associação cobra para se associar. A associação trabalha com a contratação coletiva, ou seja, as pessoas se unem para que possam contratar profissionais de uma maneira mais barata, menos custosa”, conta o advogado da associação Helton Júlio Felipe dos Santos.

Para o Ministério Público, as cartas não deixam claro que o aposentado está se tornando

sócio de um serviço. O MP também concluiu que era muito difícil para o aposentado ganhar na justiça uma ação de correção.

Todos os dias o Sindicato dos Aposentados recebe pessoas que receberam cartinhas dizendo que tinham direito a correções. “Essas pessoas estão sendo lesadas. A maioria dos processos você não tem custo nenhum pra entrar com uma ação”, fala o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, pensionistas e idosos da Força Sindical, Carlos Andreu Ortiz. Nem o Sindicato dos Aposentados sabe dizer quantas associações como essa existem, mas quase todas agem da mesma forma. (Fonte: Site Jornal Hoje/G1)

SINDAPORT FAZ GREVE EM SÃO SEBASTIÃO, VAI PARA DISSÍDIO E CONQUISTA VITÓRIA NO TRT

Após promover greve de 24 horas em São Sebastião, o SINDAPORT instaurou dissídio coletivo no TRT e conquistou uma importante vitória para os portuários. O tribunal reconheceu que tanto os trabalhadores oriundos da Dersa, quanto os que foram contratados pela Companhia Docas de São Sebastião devem ter os mesmos direitos e os benefícios adquiridos na antiga empresa devem continuar valendo. Além disso, o acordo coletivo 2014, que até agora não havia sido assinado, terá validade de quatro anos, até 2018; as cláusulas econômicas devem ser revisadas anualmente e as duas funcionárias demitidas após a paralisação terão que ser readmitidas.

No último dia 07 de outubro ocorreu no Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, o julgamento do dissídio coletivo da Companhia Docas de São Sebastião referente a data base 2014-2015.

Os trabalhadores conquistaram todas as cláusulas econômicas e sociais, as duas funcionárias que foram demitidas após a greve de 24 horas, realizada em 19 de agosto, terão que ser reintegradas e nossa principal reivindicação foi atendida: todos os funcionários devem ter os mesmos direitos, sejam eles da antiga Dersa ou já contratados diretamente pela Companhia Docas.

A paralisação da categoria promovida pelo SINDAPORT foi essencial para a abertura do canal de negociação. O motivo da greve foi a falta de acordo com a Companhia Docas de São Sebastião referente a data base 2014-2015.

A Companhia Docas havia formulado uma proposta de unificação do Acordo Coletivo oferecendo aos novos funcionários da administradora portuária os mesmos benefícios dos antigos empregados. A proposta foi analisada e aprovada pela categoria, porém o acordo não foi assinado porque a empresa deu pra trás.

Foi a primeira vez que os

empregados da Companhia Docas de São Sebastião cruzaram os braços e realizaram uma greve geral. Outros movimentos grevistas já tinham ocorrido em 1995 e em 2004, na época em que o porto era administrado por outras empresas.

Fechado acordo 2015/2016

Os portuários de São Sebastião aceitaram a proposta da Companhia Docas de 7,21% de reajuste salarial retroativo a 1º de maio deste ano e que será pago em três parcelas iguais com os salários de outubro, novembro e dezembro.

Em reunião realizada no dia 24 de setembro na sede da empresa em São Paulo, o vice-presidente do SINDAPORT, João de Andrade Marques esclareceu que a categoria acatou a proposta de reajuste.

Diretores do SINDAPORT amanheceram cedinho no Porto de São Sebastião para a realização da greve de 24 horas



GPORT**EM ASSEMBLEIA,
CATEGORIA REJEITA
ALTERAÇÃO EM JORNADA**

Guardas portuários não querem mudar horário de trabalho no porto

No próximo dia 13 de novembro, às 17h10, na 4ª Vara do Trabalho de Santos acontecerá audiência sobre a implantação da escala de serviço de 12 horas para a Guarda Portuária.

A discussão sobre a implantação de um novo horário de trabalho para a categoria começou quando a Codesp, no intuito de conter os furtos de cabos de cobre que vinham ocorrendo constantemente nas linhas de transmissão da Usina de Itatinga, resolveu escalar companheiros para um horário diferenciado.

A Codesp, através da Superintendência da Guarda Portuária, escalou um grupo de guardas para um turno de 12 horas, sem que houvesse acordo com o sindicato.

O SINDAPORT, na tentativa de solucionar a questão, solicitou uma MESA REDONDA na Gerência Regional do

Trabalho e deixou claro que a jornada de trabalho praticada pela categoria é de turno ininterrupto de 6 horas. Caso exista interesse em mudar a jornada da Gport, a Codesp deveria primeiro manifestar-se oficialmente com uma proposta ao SINDAPORT.

Sendo assim em 13 de agosto, a empresa encaminhou ao SINDICATO uma proposta com escalas de serviço com turnos de 12 horas.

Essa proposta foi levada para conhecimento da categoria em assembleia no dia 28 de agosto. Os trabalhadores recusaram a proposta e decidiram que o SINDICATO deverá ajuizar um processo contra a Codesp para impedir que a jornada de 12 horas seja praticada sem negociação.

A categoria também aprovou que essa questão seja denunciada ao Ministério Público do Trabalho.

**CODESP
MUDA
HORÁRIO DA
CHEFIA DA
GPORT**

O superintendente da Guarda Portuária, Ezio Ricardo Borghetti, determinou que os ocupantes de funções comissionadas na categoria cumpram regime de trabalho em turnos de 12 horas. Tal medida está valendo desde o dia 09 de setembro.

A determinação, segundo Borghetti, visa a implantação do PMGP- Projeto de Modernização da Gestão Portuária. Conforme chegou ao conhecimento do SINDAPORT, o comandante da GPort convocou os Chefes, Coordenadores e Encarregados para uma reunião e de forma pouco amistosa sugeriu que esses companheiros concordassem com a nova jornada. Mediante assinatura em documento específico, os companheiros teriam sido alertados de que a não aceitação implicaria na substituição do cargo por outro colaborador que concorde com a condição "ofertada".

Diante dessa situação, o SINDAPORT encaminhou ofício ao Ministério Público do Trabalho denunciando a irregularidade que vem sendo praticada pela Codesp e solicitou uma reunião para expor e provar os fatos que estão ocorrendo. Estamos aguardando a data da reunião.

DEST DETERMINA CORTE DE GASTOS NA CODESP E SINDAPORT DÁ SUGESTÕES SOBRE ONDE PASSAR O FACÃO

E no toma lá dá cá de Brasília, a Secretaria Especial de Portos livrou-se da extinção. Em troca, saiu o ministro Edinho Araújo para a entrada do pmedebista Helder Barbalho, que deixou a extinta pasta da Pesca e Aquicultura para assumir a SEP. Mas a reforma ministerial não atingiu apenas o corte de ministérios e secretarias. Todas as estatais receberam a ordem de cortar gastos.

Através do Ofício Circular SEI nº. 170/2015-MP, datado de 17 de setembro de 2015, enviado para todas as estatais, o DEST está determinando que essas empresas congelem o número de empregados efetivamente contratados até a data do recebimento do ofício, mesmo que a empresa ainda não tenha atingido o número máximo de empregados permitido através de portaria anterior.

E ainda, recomenda para que, as estatais *“adotem iniciativas de melhorias de processo e otimização de recursos, visando a redução de outros dispêndios de custeio”*.

Isso já trouxe para a Codesp o primeiro impasse, pois está em andamento o Concurso Público para a contratação de 88 empregados para atividades de amarração de navios, conforme um TAC assinado pela Codesp com o Ministério Público, encerrando



a terceirização dessa atividade fim da empresa.

A Codesp afirma que o concurso público será mantido, mas será que a contratação desses novos empregados está mesmo garantida?

Conhecendo o perfil da atual diretoria da Codesp e aproveitando a iniciativa do DEST, certamente, a empresa aumentará ainda mais o arrocho salarial contra os empregados, alvo preferido dos mandatários da estatal santista. A Codesp afirma que está avaliando de que forma poderão ser feitos outros cortes de despesas. Mas, nós, aqui do SINDAPORT, já temos algumas sugestões:

- 1** - Reduzir ou extinguir contratos caros de terceirização;
- 2** - Cancelar contratos de viabilidade de projetos que nunca saem do papel;
- 3** - Suspender os

patrocínios de eventos feitos pela Codesp;

- 4** - Cortar gastos com viagens e diárias da diretoria;
- 5** - Cortar os custos com contratados para os cargos de confiança.

Não seria nada fora de propósito que a Diretoria da Codesp desse um bom exemplo e fizesse os cortes de gastos, começando pela própria carne, reduzindo até o número de diretorias e assessores que cada um tem a sua disposição.

Se a diretoria cortar os assessores contratados, reduzir 10% de seus salários, e cortar cargos de confiança, com certeza o Porto de Santos terá uma grade economia.

A sugestão do SINDAPORT foi encaminhada por meio de ofícios para a SEP e para o próprio DEST.